



ÁGATHA
A menina que
tinha sede por
conhecimento
teve seu futuro
interrompido.
Moradores e
escolas do Alemão
protestaram dia 27
Página 8

UFRJ ESTUDA REMÉDIO PARA CÂNCER DO INTESTINO

Página 7

WEINTRAUB

Um dos sinônimos da palavra “zebra” é “ignorante”. E o ministro da Educação demonstrou grave desconhecimento em relação ao fazer universitário, quando resolveu atacar os professores federais em regime de dedicação exclusiva. Mas esta ignorância não é inócua: ao propor a contratação de novos docentes pela CLT, Abraham Weintraub atinge um dos pilares da produção científica brasileira.

Páginas 2, 4 e 5

POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA AdUFRJ
15/10 - 18h - Salão Pedro Calmon - Praia Vermelha

A SEMANA

DEPOIMENTOS PROFESSORES INDIGNADOS NA INTERNET

■ A declaração do ministro Abraham Weintraub de que iria atrás da “zebra mais gorda” – segundo ele, professores federais em regime de dedicação exclusiva, com 8 horas de aula e salários entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil – causou indignação entre os docentes de todo o país. Confira alguns relatos colhidos na internet:

■ Estou aplicando prova de Cálculo 1 para a turma unificada. Cheguei às 7h, dei aulas, atendi alunos, cuidei de burocracias do curso que coordeno. Ainda fiz um pouco de pesquisa, vendo o estado da arte do problema que estou pensando agora. Vou sair daqui às 20h, se tudo correr bem com a prova. Ainda dizem que professor universitário não faz nada e dá apenas oito horas de aula por semana! Ps: não estou lecionando Cálculo 1 este período, a aplicação da prova unificada por mim e outros colegas é porque temos mais de mil alunos de cálculo 1 por período e os docentes da disciplina não conseguem aplicar a prova sozinhos. **Walcy Santos,** Instituto de Matemática, UFRJ

■ “Chocada como o ocupante do cargo máximo na educação pode ser tão intelectualmente desonesto. Pela primeira vez em 20 anos de magistério universitário eu tenho apenas 8h aula por semana, isso porque assumi um cargo administrativo de muita responsabilidade, que me consome tempo, sono, e por vezes até minha sanidade mental, justamente para garantir a transparência e eficiência do serviço público. A minha média sempre foi 14h. Já tive 17h/semana. Nas 40h, dedicação exclusiva, o que significa que não posso exercer outra atividade remunerada, ministro aulas presenciais, preparo aulas (por vezes, 1h40 de uma disciplina demandam 4h de preparação), corrijo provas e trabalhos acadêmicos, preencho registros no sistema, (...), atendo alunos que desejam tirar dúvida, respondo emails, whats de alunos, analiso pedidos e forneco parecer sobre aproveitamento/dispensa de disciplinas. Coordeno projetos de ensino e extensão, oriento e supervisiono o trabalho de bolsistas, preencho relatórios, presto conta do uso de verba nesses projetos, redijo novos projetos ou ajusto metas nos existentes. Faço orientação pedagógica, discuto metodologias de abordagem em sala de aula,

MINISTRO DESCONHECE TRABALHO DOCENTE

DIRETORIA

Matéria publicada no jornal O Globo de domingo, 29 de setembro, mostra, a partir de levantamento nas fontes, as palavras mais pronunciadas por Jair Bolsonaro em seus discursos desde que assumiu a Presidência da República. Poderia surpreender ali o fato de que o Estado de Israel tenha sido mais citado que os Estados Unidos, ou a frequência com que o presidente usou indiscriminadamente os termos liberdade e militar. Mas não surpreende a ausência de menção – nos documentos examinados – ao vocábulo educação.

Aveso a informações obtidas em pesquisas criteriosas, a análises empiricamente respaldadas, ao reconhecimento de fatos históricos registrados e, enfim, a qualquer forma de conhecimento fundamentado no estudo, não teria razão, o mandatário, para preocupar-se com tal questão. No que não deixa de ser inovador, pois a bandeira da educação é figurinha fácil em campanhas eleitorais e nas narrativas de políticos empenhados em expandir poder.

No caso, curiosamente, o presidente Bolsonaro não mente. O tema da educação passa ao largo de sua agenda. Talvez por isso tenha nomeado a pessoa Abraham Weintraub (Professor? Economista? Saxofonista?) como ministro da Educação. Além de protagonizar encenações de gosto duvidoso e demonstrar pouca intimidade com as letras e os números, o ministro gosta de enunciar bravatas e fazer ameaças. Educação é invenção de esquerdopatas (o correto é falar em ensino), o ENEM deve ser bolsonarizado (aprender a pensar é indesejável), e por aí vai.

Em palestra recente, durante o Fórum Nacional do Ensino Superior, em São Paulo, Weintraub voltou a seu alvo predileto: os professores das universidades federais, essas zebras gordas que ganham 15 mil reais para dar só 8 horas de aula por semana. Desprezo e desrespeito em relação à profissão caracterizam apenas super-

ficialmente a atitude do ministro. Também, e sobretudo, desconhecimento profundo do que significa o trabalho de um professor universitário; desconsideração em face das dificuldades enfrentadas para cumprir as exigências de pesquisa, orientação, atividades de extensão e, muitas vezes, funções administrativas; e despeito, muito despeito, por conta do valor que, apesar de tudo, ainda é atribuído à titulação acadêmica.

Num roubo de arrogância (ou desvario) Weintraub ainda ameaçou as universidades privadas. “Vocês têm que se virar”. Pura bravata. Ninguém no governo gosta da palavra educação, mas esta, quando antecedida de outra – mercado –, ganha status de atração. E Paulo Guedes está aí para impedir que a ignorância do ministro da educação atrapalhe seu projeto econômico para o país.

É fundamental entender que há um inimigo poderoso e articulado pronto a dar o bote nas universidades públicas. Um inimigo que não se intimidará com gritos de protesto e que fará de tudo para seccionar a resistência a suas investidas. As trevas do bolsonarismo não confrontam o neoliberalismo radical do ministro da Economia. Há arestas, todavia, que podem e merecem ser exploradas na construção de uma frente democrática capaz de barrar o desmonte que já está em curso.

Na primeira reunião que teve com o então reitor, Roberto Leher, em 2017, a diretoria da AdUFRJ ouviu do dirigente uma declaração importante, cujo sentido era o seguinte: a universidade tem que se manter ativa, em funcionamento pleno, pois essa é a melhor resposta aos que a atacam. De lá para cá a situação piorou e os ataques se multiplicaram. Por outro lado, uma nova equipe foi alçada à Reitoria da UFRJ e a seção sindical renovou sua direção. Sem dúvida, porém, o norte da luta se mantém. A imprescindível mobilização dos professores em defesa da universidade pública passa tanto pela participação nas manifestações de rua quanto pela presença ostensiva nos espaços de aula, pesquisa e extensão.

■ Esta é a minha zebra gorda. Ela se chama “Gramática pedagógica do português brasileiro”, tem 1.056 páginas, foi publicada em 2012. Só pude produzir esta obra porque a universidade pública me oferece condições de pesquisar, de participar de intenso intercâmbio com colegas do Brasil e do exterior, de ter acesso a publicações de todo tipo graças às redes de bibliotecas físicas e virtuais. Dar aulas é uma das muitas tarefas que temos na universidade, mas não é a única nem é a que vai permitir o avanço da ciência, da cultura, da arte e da educação no país. Minha GPPB, como carinhosamente a chamo, é até agora a mais volumosa e pormenorizada descrição da nossa língua, e espero que venham muitas outras maiores e melhores. Eu sempre estudei em escola pública, fiz primário, admissão e secundário (assim se chamava na minha época) em instituições públicas, incluindo o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, nada menos. Fiz graduação, mestrado e doutorado em universidades públicas, com bolsas de agências governamentais. Minha obrigação é devolver à sociedade aquilo que ela investiu em mim, e é o que venho me esforçando por fazer desde que entrei na vida acadêmica. Eu desafio o sr. Ministro contra a Educação a apresentar uma monografia mínima que seja, um artigo científico, quem sabe até só uma resenha que tenha algum significado social, que desperte o interesse das colegas e dos colegas, que tenha coesão e coerência, que mostre que ele é capaz de produzir alguma coisa que não seja um elogio à perversidade, à ignorância e à destruição do convívio civilizado.

Marcos Bagno
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília

■ A criatura que ocupa o ministério da educação não tem a menor ideia do que seja uma Universidade. Ele acha que professor universitário só dá aulas, ignorando o fato que a maior parte da Pesquisa desenvolvida no Brasil é feita nas Universidades Públicas. Professores Universitários são Pesquisadores. Aulas são apenas uma parte de seu trabalho. Já que o ministro e seu líder gostam tanto dos EUA por que não perguntar quantas horas de aula em sala de aula dão os professores nos EUA. Nas principais Universidades Americanas, os professores dão menos horas de aula que seus colegas brasileiros. E ganham salários maiores!! Um MEDÍOCRE ocupa o MEC!!! Triste ver esta realidade **Nelson Braga**
Departamento de Física Teórica do Instituto de Física da UFRJ

Nota da diretoria eleita para o mandato 2019/2021

Nos dias 2 e 3 de outubro está convocada uma greve geral da Educação. O ANDES, a FASUBRA, a UNE, a ANPG, a SBPC estão mobilizadas para que sejam dois dias de grande manifestação nacional contra o desmonte e os ataques que a Universidade Brasileira vem sofrendo.

Não existe universidade pública brasileira se não houver Brasil. E o presidente Bolsonaro, em que pese a retórica patrioteira, representa o governo mais subserviente e entreguista de nossa história. Os últimos ataques midiáticos do ministro da Educação são parte inseparável dessa política de destruição nacional, que mira o que há de mais produtivo e importante para o país, fazendo vista grossa para todos os tipos de privilégios e distorções que existem na máquina pública.

Por isso, há em curso um grande esforço para fazer convergir no dia 3 de outubro a pauta da educação com a defesa do patrimônio público brasileiro e contra a política de privatizações. Fazem parte desta convergência diversos sindicatos, frentes políticas, movimentos sociais etc.

Não temos dúvida que nosso lugar também é na rua, alertando a população para os enormes danos que essa política nos trará. Mas para isso precisamos construir de forma solidária e incansável uma poderosa unidade interna, de forma que a UFRJ possa se apresentar para a sociedade com toda a sua força. Não há como negar a sua urgência, e em breve, com a posse também do novo Conselho de Representantes, estaremos em condições de responder a todos esses desafios, incorporando de forma decisiva um número crescente de docentes nesse debate.

Estivemos no dia 26 de setembro em duas plenárias realizadas no IFCS para a organização da greve do ANDES e da manifestação do dia 3. Na primeira, realizada à tarde, com a coordenação da Regional do ANDES, vimos que nem todos os setores da educação para-rão nos dias 2 e 3, alguns paralisarão suas atividades apenas no dia 3, e outros, como nós, em processos de transição entre duas diretorias ou por outros motivos, também não realizariam assembleia ou



não puderam estar presentes. Há um calendário de atividades em todas as universidades para o dia 2, que visa a mobilização da universidade e seu diálogo com a sociedade, e as atividades propostas pela AdUFRJ foram integradas a ele. Na plenária da noite, junto com outros sindicatos, movimentos sociais e frentes políticas, se discutiu a organização de um grande ato unificado no dia 3. A educação está no centro, mas não só. A imprensa tem silenciado de forma covarde para proteger a vergonhosa política de privatizações em curso no país, que precisa ter visibilidade e ser discutida pela sociedade. Por isso, no dia 3 estaremos to-

dos na concentração a partir das 16 horas na esquina da Av. Rio Branco com a Presidente Vargas. Este será um evento de dimensões nacionais, com a vinda de caravanas do interior do estado e a presença de importantes lideranças do país. E isso é o mais importante agora.

Vamos sair em campo para fazer com que nossa participação nesses dias seja de fato significativa. Estamos trabalhando muito para que a transição entre as diretorias da AdUFRJ seja a melhor possível e que possamos responder com a coragem que o momento exige, aos desafios históricos que estão se apresentando.

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO

Os horários abaixo são organizados em conjunto com o SINTUFRJ. Caso algum professor se interesse em organizar uma panfletagem em outro local ou horário, o material estará disponível para todos durante o horário de funcionamento da secretaria)

02/10

9h: Panfletagem no CT

10h: Debate: Impacto tecnológico da privatização do setor de Energia, CT/COPPE, auditório G-122.

14h: visitas de escolas públicas aos laboratórios da COPPE

03/10

10h: Panfletagem no CCS –convocação para o ato

16h: Concentração para o Ato, esquina da Av. Presidente Vargas com Av Rio Branco.

17h30: Caminhada até a Petrobras, no chamado quadrilátero das estatais, onde será encerrado o ato com a presença de diversas lideranças nacionais.

A AdUFRJ RECOMENDA AOS PROFESSORES QUE NÃO SEJAM APLICADAS PROVAS NOS DIAS 2 E 3. E QUE AS FALTAS SEJAM ABONADAS.

AMEAÇA AO

Em novos ataques à universidade pública, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu a redução dos salários dos professores das universidades federais e a contratação a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), sem respeitar o Regime Jurídico Único (RJU). Na quinta-feira, durante o Fórum Nacional do Ensino Superior Particular Brasileiro, em São Paulo, o ministro afirmou que as despesas com salário dos docentes das universidades federais são a principal preocupação do MEC. “Tenho de ir atrás onde está a zebra mais gorda, que é o professor de uma federal com dedicação exclusiva e que dá 8 horas de aula por semana e ganha de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês”. Dias antes, Weintraub disse em entrevista que as universidades passariam a contratar professores pela CLT, aderindo ao Future-se. O projeto do governo Bolsonaro tem sido rejeitado pela maioria das universidades, caso da UFRJ, mas o governo ainda pretende apresentá-lo com modificações depois do período de consulta pública.

ANA PAULA GRABOIS, ELISA MONTEIRO E ARTHUR BOMFIM
comunica@adufrrj.org.br

Para o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha, a ideia de contratar via CLT enfraquece o regime de Dedicação Exclusiva (DE), o que prejudicaria de forma intensa a pesquisa. “A contratação via CLT vai minar a base em que foi fundada a universidade de pesquisa no Brasil”.

Atualmente, mais de 95% da produção científica do Brasil é feita em universidades públicas, segundo relatório elaborado pela empresa *Clarivate Analytics* para a Capes com dados de 2011 a 2016. Das 20 universidades que mais produziram, 15 são federais e 5 estaduais (ver gráfico).

A dedicação exclusiva também se reflete no maior grau de titulação dos docentes nas universidades públicas. O Censo da Educação Superior 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostra que a maioria dos professores no ensino superior federal (67%) possui doutorado. No ensino superior privado, 50% dos docentes têm a titulação de Mestrado e 26%, de Doutorado.

Segundo o vice-reitor da UFRJ, a concepção de universidade que contrata em regime de DE para consolidar a pesquisa ocorre nas universidades públicas do mundo inteiro. “Somente uma pessoa com profundo conhecimento do que é feito na universidade pública poderia fazer uma proposta como esta, que vai contra tudo que foi conquistado. Estamos fortemente em defesa da contratação pelo RJU em DE. Isso é um ponto inegociável, algo central para a produção científica”, afirmou. “Quando o Consuni rejeitou o Future-se, uma das principais razões da reitoria para não aderir à proposta era este ponto, a forma de contratação de professores. Não discutiremos nada

DOUTORES SÃO MAIORIA NO ENSINO SUPERIOR FEDERAL. NAS PRIVADAS, MAIOR GRUPO CONCLUIU O MESTRADO.

	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL
Brasil	3.982	66.741	156.182	170.968	397.873
Pública	3.766	15.058	49.117	115.719	183.660
Federal	3.056	7.160	31.049	82.493	123.758
Estadual	660	5.907	15.106	31.503	53.176
Municipal	50	1.991	2.962	1.723	6.726
Privada	216	51.683	107.065	55.249	214.213

AS 20 UNIVERSIDADES QUE LIDERAM A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO PAÍS SÃO PÚBLICAS. SÃO 15 FEDERAIS E 5 ESTADUAIS*

1. USP
2. UESP
3. Unicamp
4. UFRJ
5. UFRGS
6. UFMG
7. Unifesp
8. UFPR
9. UFSC
10. UERJ
11. UFPE
12. UFV
13. UnB
14. UFSCar
15. UFSM
16. UFC
17. UFF
18. UFG
19. UFBA
20. UEM (Maringá)

*2011-2016 FONTE: CLARIVATES/ Capes

que coloque em ameaça a contratação por concurso público, dentro do RJU”, disse.

Para o presidente da Andifes e reitor da UFBA, professor João Salles, a questão ainda não foi definida formalmente, o que dificulta uma avaliação da associação de reitores. Segundo Salles, o secretário de Ensino Superior do MEC, Arnaldo Lima, comprometeu-se a apresentar, em 16 de outubro, na sede da Andifes, a proposta reformulada do Future-se. A visão geral da Andifes, afirmou Salles, é de “defesa da condição do servidor público como algo fundamental ao exercício da liberdade de cátedra e à independência de professores e pesquisadores em relação a partidos, governos ou sindicatos”. O presidente da Andifes ressalta que a estabilidade na carreira profissional do serviço público nas universidades “é um benefício para a sociedade, não para um governo”.

O presidente do Andes-SN, Antônio Gonçalves, enxerga a contratação por CLT como o fim dos servidores públicos nas universidades. “A contratação via CLT permitiria demitir os trabalhadores a qualquer tempo e por qualquer motivo, inclusive políticos. Medidas como essa visam a atacar a liberdade de aprender e de ensinar, objetivo explícito do atual governo federal de extrema direita”, disse. A possibilidade de ser que-

brada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão preocupa o presidente do Proifes-SN, Nilton Brandão. “O ataque à carreira docente pela contratação via CLT pode gerar um descompromisso pelo tripé ensino-pesquisa-extensão”.

Brandão também prevê a precarização e a desvalorização da carreira. “O projeto afronta o princípio do concurso público, de promover estabilidade ao servidor, além de apresentar diversas ilegalidades e inconstitucionalidades”, completou.

Na avaliação da assessora jurídica da AdUFRJ Ana Luisa Palmisciano, não é possível a contratação de professores pelo regime de CLT nas universidades federais devido a uma decisão de uma Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2007. “No entender do Supremo, estas contratações devem continuar a ser feitas pelo Regime Jurídico Único dos servidores. A ação ainda aguarda julgamento definitivo perante o STF”, afirmou.

A Constituição de 1988 estabeleceu a previsão do regime estatutário aos servidores públicos, assegurando o direito à estabilidade. “A premissa foi uma preocupação com o exercício das funções públicas com independência e impessoalidade, características entendidas como fundamentais para prestação dos serviços públicos”, explicou a advogada.

Em 1998, a reforma adminis-

trativa do governo FHC alterou o texto constitucional para suprimir o RJU dos servidores. No entanto, após uma ação de inconstitucionalidade, o STF, em decisão cautelar, suspendeu a norma prevista na reforma. “A contratação pela CLT e o fim da estabilidade dos servidores pode impactar profundamente a independência da atuação dos professores nas universidades, deixando-os em situação de maior vulnerabilidade em um período em que denúncias sobre violações aos princípios da liberdade de cátedra e do pluralismo de ideias são tão frequentes”, concluiu.

Presidente eleita da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller criticou a proposta do MEC: “Esse atual ministro é inqualificável, porque suas propostas são, antes de tudo, um embuste. Ao apresentar um projeto de contratação vi CLT, ele parece oferecer uma solução para os problemas que a universidade vive, mas que, na verdade são apenas atalhos para a destruição de nossa carreira, e em consequência, da maior parte da produção científica do país”, disse. “Ele tem a certeza que só os ignorantes possuem. Ignorante no sentido estrito do termo, de quem age na ignorância, na brutalidade dos que, por decisão de não querer saber, se sentem satisfeitos com seus preconceitos”, completou.

FONTE: Inep/ MEC

CONHECIMENTO

A reportagem ouviu docentes que atuam sob o regime celetista. Apesar de o cotidiano docente nas particulares ser tão heterogêneo quanto as próprias instituições, os depoimentos dão pistas de diferenças significativas em relação à universidade pública. A principal diz respeito ao peso da pesquisa para a formação discente. Outra remete à dedicação exclusiva na docência. Embora os professores entrevistados avaliem a remuneração como “compatível com o mercado”, os salários não constituem a única fonte de renda. Um docente da área de Saúde atua também no consultório. A professora de Comunicação mantém as contas em dia graças ao outro emprego fixo em uma editora.

“A maioria é horista e é professor auxiliar ou assistente”, afirmou Marcio Franco, diretor do Sinpro-Rio. O primeiro grau da categoria é professor ingressante, seguido por auxiliar e assistente, com valores de hora-aula de R\$ R\$ 59,37 e 64,19, respectivamente. O último grau da categoria é o titular, cuja hora-aula corresponde a R\$ 74,04. Segundo o diretor do sindicato, na área de Humanas, a maioria leciona em duas instituições, exceto no Direito, área em que o professor atua fora das salas de aulas, no mercado, como advogado ou como integrante do Poder Judiciário. Nos segmentos de Tecnologia e de Saúde, observa o dirigente sindical, o docente também trabalha em outra atividade.

ELISA MONTEIRO



PUC e UFRJ

Com formação em Jornalismo e atuação há oito anos na editora da PUC-Rio, Livia Salles leciona duas vezes na semana para três turmas de Comunicação na mesma instituição. Ela também dá aulas três dias na semana como professora substituta na Escola de Comunicação da UFRJ. Ela foi selecionada para trabalhar na UFRJ por contrato temporário através de edital. “Tinha muito interesse porque é a única Graduação em Produção Editorial no Rio de Janeiro. E o que procuravam era exatamente o que eu tinha: Mestrado e experiência profissional”, contou. O desejo pela estabilidade de um concurso aguarda a titulação. “Para isso, sei que preciso de um doutorado”.

Em sua avaliação, a marca da universidade pública é a produção acadêmica “mais desenvolvida”. “Os alunos publicam muito mais artigos”, disse. Em termos de composição social, a professora vê pouca diferença e diz que imaginava a federal “mais misturada do que é na verdade”. “A PUC trabalha com bolsas para estudantes de menor renda há alguns anos. Recentemente, essa política vem diminuindo e já sentimos o efeito disso no público da universidade”.

Livia fala sobre o espaço físico do campus como um ponto comum importante entre as federais e a filantrópica católica. E que a distingue da maioria das privadas. “A PUC é um espaço universitário de fato. Há sempre atividades no campus. Isso é uma coisa diferente dos espaços apenas de formação de mão de obra. O campus oferece mais espaço para a circulação de ideias”.

Vinícius Paes leciona Ortopedia e Traumatologia no Centro Universitário IBMR quatro vezes por semana. Celetista, o docente divide suas 40 horas semanais entre 18 horas de sala de aula e 22 horas de atividade administrativa. Ambas as experiências são consideradas na avaliação do currículo, segundo ele. A contratação, como em boa parte das instituições privadas, é por cadastro online de currículos. No seu caso, contudo, a contratação foi a convite, sem a seleção por provas, depois de ter atuado como preceptor por alguns anos. Somando tudo, já é do quadro do IBMR há oito anos. A instituição possui três instalações no município do Rio de Janeiro. E oferece 37 cursos de Graduação que vão de Enfermagem a Jogos Digitais nas modalidades presencial e semipresencial. Há cursos de extensão, mas não há pós-graduação. Para o docente, o ponto forte do trabalho são

“as aulas práticas”. “Trabalhamos em ambientes modernos e bem equipados. Algumas salas são espelhadas nas quatro paredes. Temos muitas opções de audiovisual. Os laboratórios permitem uma dinâmica diferenciada”, argumentou. Já a relação entre alunos e professores é mais delicada. “Estou pagando” é uma frase que ouço todos os dias”, contou o docente. Em sua percepção, os alunos “demandam tudo mais mastigado”. “É uma geração diferente da minha. Percebemos menos interesse e participação”.

Docente faz desabafo

“Já fui professora numa faculdade particular e lecionei também como substituta numa universidade pública. Percebi diferenças significativas na rotina de trabalho dos professores. É muito comum que, nas particulares, o docente seja

remunerado (e mal remunerado, diga-se) como horista. Ganha por hora de trabalho, porém as faculdades às vezes querem que ele se dedique mais, participe de cursos e treinamentos, sem pagar por aquela hora extra. Pelo que converso com colegas, percebo que a distribuição de disciplinas nas particulares varia muito, e é difícil construir um campo de especialização. Percebi enorme diferença na dedicação à pesquisa, que recebe mais incentivo nas instituições públicas. Por fim, vi na universidade pública muito mais diversidade, além de alunos mais politizados”, disse professora, que não quis se identificar.

Roberto Lent recebe título de emérito

> Neurocientista emocionou-se ao lembrar de sua trajetória pessoal e na universidade: “Com meu pai aprendi que a ciência é apaixonante”, disse

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

“Ingressei nesta universidade em 1967, na Faculdade de Medicina. Com meu pai, aprendi ainda criança que a Literatura e as artes em geral são indispensáveis. E que a ciência é apaixonante”, disse o neurocientista Roberto Lent, na cerimônia em que recebeu o título de professor emérito da UFRJ, dia 24. O homenageado se emocionou e comoveu a plateia ao recordar sua trajetória.

O período da ditadura militar gerou marcas profundas. Seu pai, o cientista Herman Lent, referência mundial nos estudos sobre o transmissor da doença de Chagas, foi cassado em 1970 e impedido de trabalhar em outras instituições federais. Era pesquisador da Fiocruz. “Meu pai e padrinho foram exilados e depois não puderam mais trabalhar em nenhum órgão público”, relembrou.

Ainda durante os anos de chumbo, Roberto Lent filiou-se ao PCB e foi eleito diretor cultural do Centro Acadêmico Carlos Chagas Filho, de Medicina. “O resultado não tardou. Uma tropa de fuzileiros entrou na minha casa, apreenderam livros e me levaram por 60 dias para a Ilha das Flores”, contou. “Nesta época, presenciei e ouvi torturas. Aprendi a reconhecer o ser humano”.

Com a ciência, contou, aprendeu a fazer perguntas para a natureza. Aprendeu, durante seu pós-doutorado, que esta mesma ciência “não cabe em territórios”. O período que mais guardou com carinho na carreira foi o ingresso na UFRJ como docente. Depois, o concurso para



LENT exibe o título, sob os aplausos da reitora Denise Carvalho e do vice-reitor Carlos Frederico Rocha

professor Titular do Instituto de Ciências Biomédicas e a eleição por dois mandatos como diretor do mesmo instituto.

Agora emérito, o professor acredita que ganha novos desafios. “Um professor Emérito se ‘desaposenta’. Volta à ativa com a obrigação de inovar, pesquisar, incomodar, sonhar, realizar”, afirmou. “Assumo o compromisso de retribuir na mesma medida da grandeza do título”. Lent sugeriu que a UFRJ também inove na área de educação. “É urgente investir em pesquisa translacional para Educação. Já está na hora de nossa universidade criar o curso de Ciências para a Educação. O mundo está descobrindo que educação também deve ser baseada em evidências científicas”.

A reitora Denise Pires de Carvalho presidiu a sessão especial do Conselho Universitário de



Um professor Emérito se ‘desaposenta’. Volta à ativa com a obrigação de inovar, pesquisar, incomodar, sonhar, realizar

ROBERTO LENT
Professor do ICB

outorga do título ao professor Lent. “É um momento de muito júbilo para nossa universidade a outorga da emergência. Hoje, para mim, é particularmente uma emoção estar dividindo a mesa com meus professores”, disse. “Fico muito feliz e

honrada em estar reitora desta instituição neste momento tão especial”.

Amigo de infância de Lent, coube ao professor Rafael Linden, do Instituto de Biofísica, prestar a homenagem ao novo emérito da UFRJ. “Depois da prisão, Roberto passou a concentrar seu ativismo político na ciência e na educação”.

Ex-colega de turma, o atual decano do Centro de Ciências da Saúde, Luiz Eurico Nasciutti, afirmou que Lent é um homem “desafiador, empreendedor, futurista”. “Suas valiosas contribuições para o ensino de graduação e de pós-graduação foram fundamentais para o desenvolvimento do ICB”, afirmou. “Sua permanência na UFRJ representará uma importante contribuição para a universidade neste cenário tão difícil para as instituições federais”.

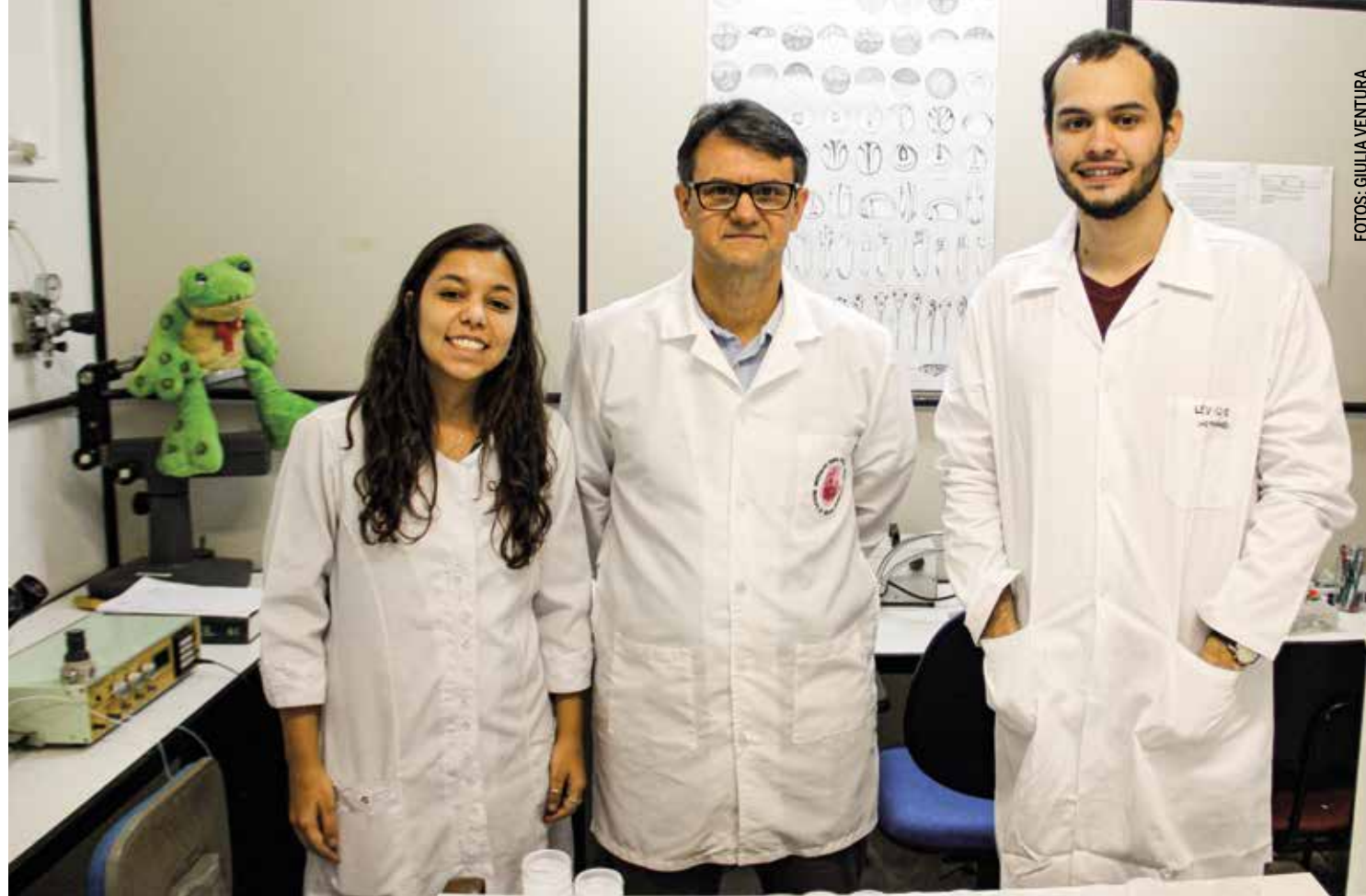
UFRJ RECEBE R\$ 48 MILHÕES DO ÚLTIMO DESBLOQUEIO

■ A UFRJ recebeu R\$ 48 milhões do MEC. A verba faz parte do desbloqueio de R\$ 1,99 bilhão da Educação, anunciado pelo governo no dia 30. O dinheiro será utilizado para cobrir despesas contratuais referentes a junho (uma parte que faltava) e julho, informa a Pró-Reitoria de Planejamento e Finanças. “E há outras situações que ainda estamos avaliando”, afirma o pró-reitor da área, professor Eduardo Raupp. A liberação representa um alívio para as contas da universidade, mas nenhuma das medidas de contingenciamento implantadas no início de setembro será revertida – como o racionamento do uso de veículos oficiais. “Será possível ganhar uma sobrevivência. Mas só ficaremos perto da normalidade com o desbloqueio total”, esclarece Raupp. A UFRJ ainda aguarda R\$ 64 milhões do orçamento discricionário.

As universidades e institutos federais ficaram com R\$ 1,156 bilhão do descontingenciamento do MEC. Também foram liberados R\$ 270 milhões para bolsas da Capes, R\$ 105 milhões para exames da educação básica (Inep) e R\$ 290 milhões para o programa de livros didáticos, entre outras despesas. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o governo deve fazer novas liberações de recursos no final de outubro.

COMITÉ

O Consuni do dia 26 criou o Comitê de Assessoramento da Gestão Orçamentária e Financeira (Caof). De caráter consultivo, o grupo tem entre suas principais atribuições subsidiar a execução orçamentária e financeira do exercício em curso e, ainda, colaborar na elaboração da proposta orçamentária do exercício seguinte. O Caof se reunirá quinzenalmente. **(Kelvin Melo)**



FOTOS: GIULIA VENTURA

EQUIPE A doutoranda Lorena Maia, o professor José Garcia Abreu e o pós-doutorando Danilo Predes formam a equipe do estudo. Na placa de petri, embriões do *Xenopus* estão sendo selecionados para os experimentos

UFRJ pesquisa medicamento para câncer do intestino

GIULIA VENTURA
giulia@adufrrj.org.br

Pesquisadores da universidade estão empenhados na busca de um possível novo medicamento contra o câncer colorretal, um tumor na parte final do intestino grosso. A novidade do trabalho é estudar alterações em uma forma de comunicação celular conhecida pela sigla WNT, de extrema importância na regulação de vários processos do desenvolvimento embrionário.

“Podemos dizer, hoje, que mais de 95% das pessoas que são diagnosticadas com tumor colorretal carregam uma alteração genética que pode ter sido herdada ou adquirida por componentes da via WNT”, explica o professor José Garcia Abreu, do Instituto de Ciências Biomédicas.

Garcia coordena o Laboratório de Embriologia de Vertebrados, onde combina experimentos com células e embriões do anfíbio *Xenopus laevis*, uma espécie de rã africana. “Tratamos os

embriões com os compostos e vemos se esses embriões vão desenvolver fenótipos que indicam alteração da via, como aumento ou diminuição das estruturas embrionárias. Um exemplo é o aumento da cabeça ou desenvolvimento de duas cabeças”, disse. “Os compostos que conseguem reverter estas mudanças são candidatos interessantes ao teste como antitumorais”, completa o docente.

O candidato da vez é o *loncho-carpina*. Obtido a partir de uma parceria com o Instituto de Pesquisas em Produtos Naturais da UFRJ (IPPN), o composto encontrado em plantas tem demonstrado a capacidade de inibir o crescimento dos tumores.

Em uma segunda fase do estudo, o grupo de pesquisadores colaborou com o grupo da professora Helena Borges que estabeleceu um modelo de câncer colorretal em camundongos, junto ao Laboratório de Biologia Tumoral. “Nós passamos para um modelo muito mais desafiador, um animal que vai desenvolver o tumor. Quando tratamos com o composto que

desenvolvemos aqui, conseguimos ver uma redução de células tumorais se dividindo”.

Segundo o professor, a pesquisa pode evoluir futuramente para o tratamento de novos tipos de tumor, como os de mama e os cerebrais. Mas, no momento, o que mais se identifica com a linha do estudo é o colorretal por possuir características muito fortes com origem na via WNT.

“Outros tipos de tumores são divididos em diferentes tipos de classe, de acordo com a intensidade. É possível que a via WNT esteja alterada, mas, geralmente, é uma dentre todas as outras. Majoritariamente, esse tratamento faz mais sentido para o colorretal”, acrescentou o pesquisador de pós-doutorado Danilo Predes.

Segundo estatísticas do Instituto Nacional de Câncer (INCA), divulgadas em julho deste ano, o número de mortes causadas por câncer colorretal foi de 18.867 apenas em 2017. É o segundo tipo que mais mata no mundo, atrás apenas do câncer de pulmão.

RÃS INÉDITAS NO BRASIL



■ Não é nada trivial o trabalho de pesquisa com o *Xenopus laevis*. A espécie, muito utilizada por produzir embriões grandes, tem manutenção difícil. O laboratório da UFRJ é o único do Brasil que possui uma colônia do anfíbio. O professor José Garcia Abreu adquiriu sua primeira colônia,

com 120 animais, em 2005. Como as fêmeas colocam ovos a cada quatro meses, e graças a um sistema de rodízio, o professor consegue manter os estudos. “Nós obtemos um número muito grande de embriões, o que facilita a reprodutibilidade dos experimentos”.

ADUFRJ TIRA DÚVIDAS COM COMISSÃO DO PROJETO “VIVAUFRRJ”

■ Esclarecer as dúvidas sobre o contrato entre a UFRJ e o BNDES para a exploração dos ativos imobiliários da universidade. Este foi o objetivo de uma reunião, dia 25, entre a diretoria da AdUFRJ e a comissão que assessora a reitoria no projeto. A ideia do “VivaUFRJ” – como foi batizada a iniciativa – é que as empresas interessadas utilizem áreas disponíveis nos campi da Praia Vermelha, do Fundão e no Centro (um prédio abandonado da universidade na Praça da República). Em contrapartida, investem na construção e manutenção de infraestrutura

acadêmica ou de assistência estudantil, como alojamentos, prédios novos ou restaurantes universitários. Os terrenos estão sendo estudados pela consultoria contratada pelo BNDES e os resultados do trabalho devem ser apresentados até o fim do ano. “Se estiverem à altura da qualidade que esperamos”, frisou o professor João Ferraz, do Instituto de Economia, que integra a comissão, deixando claro que o prazo pode ser dilatado. A necessidade do encontro foi reforçada pela mobilização do Instituto de Psiquiatria contra

uma eventual remoção de suas instalações atuais, no campus da Praia Vermelha, por força do contrato. A comissão do “VivaUFRJ” propõe migrar o IPUB para um prédio novo, que seria erguido próximo ao Instituto Philippe Pinel. Mas Ferraz deixou claro que nada está definido e que a decisão caberá aos colegiados superiores da UFRJ – Conselho de Curadores e Consuni. O professor avalia que o modelo, inédito na administração federal, se bem sucedido, pode ser usado por qualquer instituição pública que tenha terrenos, como outras universida-

des ou o Exército. “O BNDES também está vendo o projeto como uma oportunidade”, disse.

AValiação da AduFRJ

“Chamamos esta reunião em solidariedade ao IPUB. O assunto não apareceu em nosso primeiro encontro com a comissão (em abril, houve uma apresentação ao Conselho de Representantes da AdUFRJ). Pudemos nos atualizar e verificamos que não há uma definição sobre o tema”, afirmou a professora Lígia Bahia, vice-presidente da associação. A professora também cobrou a incorporação de mais

especialistas da universidade – como nomes do planejamento urbano e regional e da área da Saúde – para colaborar com os trabalhos da comissão. Presidente eleita da Adufrj, a professora Eleonora Ziller foi convidada a participar do encontro: “Este assunto ainda vai render. Sei que estas movimentações na universidade são muito lentas”, completou. A comissão do “VivaUFRJ” informou que, contando com a última reunião com a Adufrj, já apresentou o projeto 24 vezes em diferentes espaços da universidade. **(Kelvin Melo)**

ALUNOS MOBILIZAM CT NA CAMPANHA DO SETEMBRO AMARELO

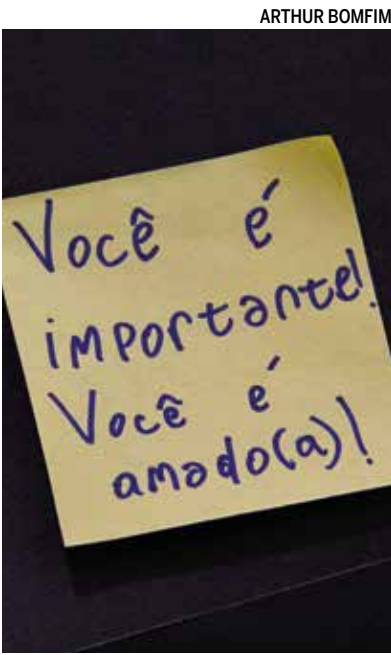
■ Durante o último mês, quem passou pelos corredores do Centro de Tecnologia (CT) teve a oportunidade de apreciar dois murais repletos de mensagens de estudantes. Eram bilhetes que faziam referência ao Setembro Amarelo, campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio. Uma parte traduzia o sentimento dos alunos em período de avaliação, como o que dizia “ansiosa com a prova de cálculo” ou “com medo de reprovar Física 3”. Também havia mensagens de motivação, como “você é importante, você é amado!”.

As instalações foram produzidas pelos alunos da Confraria Acadêmica da Civil (Caciv), com o apoio do projeto Sangue da UFRJ – que busca implantar uma cultura de doação na Escola Politécnica. Rodas de conversa e mensagens distribuídas com laços amarelos (símbolos da campanha) também fizeram parte da mobilização dos estudantes.

Jean Janod, presidente da Caciv, destacou que uma das justificativas para a realização das atividades foi o início do período de provas na unidade. “Setembro foi um mês de muitas

provas para os estudantes. Vi amigos desesperados, salas de estudos cheias, gente correndo”, declarou. Segundo Jean, esse cenário é comum aos estudantes de Engenharia. Segundo ele, um dos cursos com expressiva taxa de evasão.

Leticia Cabanas, aluna de Engenharia Ambiental, parou para ler os bilhetes. Para ela, os alunos de Engenharia são os que mais precisam de ajuda. “Eu vejo que as pessoas ficam muito angustiadas e são muito pressionadas”, disse. O mercado de trabalho desfavorável e o corte de bolsas colaboram para o



ARTHUR BOMFIM

quadro de pessimismo. “Acho que deveria haver mais psicólogos para atender os estudantes. Eu sei apenas de um programa de atendimento psicológico do CCMN (Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza), mas são poucas vagas e a demanda é muito grande”, completou. A Divisão de Saúde do Estudante (Disae), órgão da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7), organiza grupos de acolhimento para estudantes. Para mais informações, visite politicasestudantis.ufrj.br ou envie um e-mail para disae@pr7.ufrj.br. **(Arthur Bomfim)**



SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A paixão pelo conhecimento estava no centro do cotidiano de Ágatha Félix, morta por um tiro no Complexo do Alemão, no dia 20. “Ela era muito esperta e atenta”, conta a coordenadora pedagógica do colégio Ceros, onde a menina estudava, Luciana Schwars.

Filha única, Ágatha acordava cedo todos os dias. Estudava de 8h às 12h. Na escola, tinha aulas extracurriculares de música, informática, inglês e espanhol. A disciplina de que mais gostava era inglês.

Aos oito anos, a menina também adorava jogar xadrez e tinha aula uma vez por semana. Animado com o desempenho dela, o professor havia feito a inscrição em um torneio intercolégial.

À tarde, fazia balé duas vezes por semana. “Ela amava aprender coisas novas. Nunca se recusou a fazer um curso. A mãe dela queria apresentar tudo o que era possível. E ela gostava. Minha neta gostava de aprender”, disse à reportagem da AdUFRJ o avô da menina, Airtón Félix.

Na manhã de 20 de setembro, Ágatha e seus colegas do terceiro ano fizeram uma atividade para celebrar a chegada da primavera. As crianças entregaram mudas de árvores aos pedestres que passavam em frente à escola. “Ela estava tão feliz. Perguntei por que aqueles cachos lindos estavam presos. Ela falou que era por conta do balé”, lembra Luciana. “Naquele mesmo dia, ela morreu. Não pude acreditar quando vi a notícia”, lamenta a coordenadora.



A tragédia marcou profissionais e estudantes do colégio. “Tem sido um desafio para a nossa comunidade escolar. Eu não consegui dormir pensando como iria encarar a turma, como responderia a tantas perguntas, como conteria meu choro para acalantar meus alunos”, desabafa a professora de Ágatha, Nataly Moura. “Mudamos a turma de sala para tentar atenuar a ausência. Estamos conversando e acolhendo as crianças, entregando mimos, dizendo que são importantes e que suas dores também são nossas”, explica.

A violência que tirou a menina do convívio familiar e social interrompeu sonhos, silenciou a vida e seu sorriso. “Nunca mais ouviremos aquela gargalhada maravilhosa, inconfundível. Ela era alegre, tinha muitos amigos e amigas na escola”, relembra a professora. “Ela era muito responsável, dedicada. Tinha os cadernos muito caprichados, usava canetas colori-

FUTURO INTERROMPIDO

Estudiosa, dedicada, responsável, feliz. No dia 20, um projétil de fuzil tirou a vida de Ágatha Félix, aos oito anos de idade. A tragédia silenciou seu sorriso e pôs em evidência a política que todos os dias faz vítimas nas favelas cariocas



A ALUNA ÁGATHA realiza com colega de turma uma atividade de Inglês, disciplina de que mais gostava, em sala de aula (alto à esq.). Ao lado, crianças participam do protesto. Abaixo, Renata Trajano, liderança local, pede justiça para a menina e para todos os mortos no Complexo do Alemão. Abaixo, à esquerda, Denise Moraes, mãe do motoboy Caio Moraes, assassinado pela PM em 2014, também no Alemão

FOTOS: JOÃO LAET



das. Ela tinha um lindo futuro pela frente. É difícil acreditar”.

JUSTIÇA PARA ÁGATHA

“Nós exigimos justiça para Ágatha”. Estas palavras marcaram os protestos no Alemão. O primeiro aconteceu no dia seguinte da tragédia. Outro foi realizado na sexta-feira, 27, uma semana depois de a menina ser atingida com um tiro de fuzil nas costas. “Foi o PM. Ele mirou numa moto e acertou a Kombi. Matou a menina”, disse uma fonte ouvida pela reportagem e que não quis se identificar.

O cotidiano de violência nas favelas que compõem o Alemão fez com que as escolas municipais da região ficassem 22 dias consecutivos sem aulas no ano passado. “A polícia só quer fazer operação em horário escolar. Eu sou moradora. Não sou bandida. Eles acham que todos nós somos criminosos porque vivemos num lugar pobre”, desabafa Tatiane Moreira, mãe de Arthur, de nove anos. A PM divulgou nota em que não há “nenhum indicativo, nesse momento, de uma participação do policial militar no triste episódio que vitimou a pequena Ágatha”.

Muitas crianças acompanhavam a

passeata que fechou a Estrada do Itararé, uma das principais vias que corta o conjunto de favelas. Os manifestantes refizeram o caminho de Ágatha e sua mãe até o local onde ela foi atingida. “Toda vez que um dos nossos tombar, iremos às ruas”, afirmou Renata Trajano, liderança local, enquanto policiais fortemente armados observavam a manifestação.

Airtón Félix também não se intimidou com a presença dos militares. “Só iremos descansar quando o responsável for punido. Um membro da polícia simplesmente despreparado pra usar uma arma ceifou a vida da minha neta”. Olhando para os policiais, desabafou: “Vocês tiraram a vida de uma inocente. Estou aqui com as pernas tremendo, sem ar, mal consigo me sustentar. Mas quero que quem fez pague. Quem está acobertando esse crime pague. Quero que vocês olhem seus filhos e vejam a minha neta. Perdemos um anjo”, disse, chorando.

A Adufrrj participou de uma manifestação de repúdio ao assassinato da criança em frente à Alerj, no dia 23. “O Rio vai derrotar essa política infame e covarde”, afirmou Eleonora Ziller, presidente eleita da associação docente.

GOVERNO INCENTIVA A VIOLÊNCIA, DIZ PESQUISADOR

■ Especialista em segurança pública, o professor Michel Misse, do IFCS, afirma que a violência em operações policiais aumentou. Para o pesquisador, ela é fruto da “política ostensivamente violenta” patrocinada pelo governador Wilson Witzel (PSC). “Quando a principal autoridade do Estado incentiva o tratamento violento à criminalidade comum, ele incentiva ações trágicas, como a que resultou na morte da menina Ágatha”, diz. De acordo com Misse, as decisões do governo contrariam o que se “poderia esperar de uma política eficaz” de segurança. “Além de não trazer benefícios, produz o efeito contrário, ou seja, aumenta a sensação de insegurança”, afirma. Renato Martins, diretor do documentário Relatos do Front, exibido no CT na última sexta, concorda. “A insegurança e o medo movimentam um mercado muito forte”, diz. “Em todos os países do mundo, o problema da violência urbana só se resolveu com educação de base”.